

GLOBALIZAÇÃO E CRISE: o jogo de ganha-ganha do capital financeiro

Samuel Costa Filho*

Resumo: este artigo trata da questão do domínio do capital financeiro e de seus elevados ganhos, mesmo após a crise do capital iniciada em 2007-2008. Inicialmente, apresenta o processo de constituição do modelo de dominância rentista em que o capital financeiro obteve elevada rentabilidade; em seguida, mostra que mesmo na crise esse capital foi beneficiado e lucrou bastante e ninguém foi penalizado; a seguir, apresenta os beneficiários do sistema bancário ganhando com a crise e impondo elevados custos sociais; finaliza mostrando que nada mudou no jogo de ganha-ganha do capital financeiro. Urge um novo modelo.

Palavras-chave: Crise global. Capital financeiro. Ataque ultraliberal.

Abstract: This article deals with the question of dominance of finance capital and its high gains, even after the crisis of capital that began in 2007-2008. Initially, presents the process of constitution of the rentier model of dominance in the financial capital that achieved high profitability; in the sequence, shows that even in the crisis, this capital has benefited and profited greatly and no one was penalized; in the following, presents beneficiaries of the banking system and gaining with the crisis by imposing high social costs; and ends showing that nothing has changed in the game of wins-wins of the financial capital. Urge a new model.

Keywords: Global crisis. Financial capital. Ultraliberal attack.

1 Introdução

Nas últimas três décadas do século XX, o sistema financeiro internacional criou um consenso que domina o mundo até hoje. A dinâmica do capital financeiro possibilitou, e possibilita na atualidade, uma rentabilidade extraordinária para o capital financeiro, que foi conseguida tanto no período de construção e desenvolvimento do modelo de dominação financeiro-rentista como também durante a recente megacrise, quando esse sistema obteve todo o apoio do Estado com a política de resgate dos bancos “grandes demais para quebrar”, a partir de 2007-2008; e se mantém até hoje, pois o capital financeiro conquistou poder para continuar impondo e comandando as regras do jogo econômico e político, mesmo diante da grave e prolongada crise do capitalismo global que já dura mais de seis anos. O jogo do ganha-ganha do capital financeiro mantém o predomínio do setor financeiro em nível global; e a inércia político-intelectual e a adesão da esquerda europeia ao ultraliberalismo colaboraram para a manutenção da hegemonia do sistema financeiro na lógica de curto prazo, e continuam impedindo modificações e não se articulando com a construção de um novo modelo.

Nessa linha, o artigo pretende mostrar que o sistema financeiro está prolongando o jogo do ganha-ganha iniciado com a formação e

desenvolvimento dessa fase do capital financeiro. Para tanto, a seção seguinte apresenta a formação da dinâmica rentista; a seguir, revela que, mesmo diante da crise, esse sistema continuou ganhando, nenhum “figurão” foi penalizado, nem o sistema sofreu alterações e regulação ou punição. Em continuação, apresenta como os bancos, ao transferir as dívidas para os Estados, jogaram nessas entidades a culpa pela catástrofe de recriar o capitalismo ultraliberal. Finalizando, o trabalho conclui que se vive tempos de dominância conservadora e de regressão social, com o sistema financeiro prolongando a sua política de ganhos exorbitantes.

2 O primeiro tempo do jogo: a gestação e o desenvolvimento do processo de financeirização da economia

Os economistas ortodoxos apresentam o sistema financeiro como um mercado por demais importante, devido a ser intermediário e gestor do dinheiro. Neste mercado, as diversas instituições e, hoje, o predomínio dos grandes conglomerados financeiros mundiais se encarregam da intermediação do e gerenciamento do dinheiro da economia no curto prazo (mercado monetário) e nos mercados de crédito (financiamento do consumo e capital de giro), de câmbio (conversão de valores em moeda estrangeira e moeda nacional) e de capitais

(financiamento dos investimentos, através de ações, debêntures ou *comercial papers*) (CAVALCANTE; MISMI; RUDGE, 2005).

O sistema financeiro passou a sofrer um determinado tipo de regulação pelo Estado depois da crise do capitalismo em 1929 e que se iniciou no coração do sistema, ou seja, nos Estados Unidos da América (EUA), espalhando-se para as diversas partes do mundo capitalista. O conjunto de instituições e os instrumentos financeiros que possibilitam a transferência de recursos dos ofertantes finais para as pessoas e empresas que necessitam de recurso e crédito nos diversos mercados foram segmentados e regulados. O Estado criou as condições para que o sistema financeiro voltasse a oferecer títulos e valores mobiliários e, inclusive, liquidez via mercados secundários. Esse processo de segmentação dividiu as instituições em áreas especializadas segundo a captação e a aplicação desses recursos.

Esse sistema funcionou bem até os anos 1970, possibilitando e estimulando o capitalismo a funcionar dentro das regras do keynesianismo e da intervenção do Estado em defesa do capital. Todavia, na crise dos anos 1970, teve início um processo de transformação do sistema financeiro internacional que priorizou as regras de liberalização e desregulamentação do sistema financeiro. A política de mercado livre respaldou o novo consenso social que se gestou sob o predomínio do setor bancário em favor da especulação em torno da variação dos ativos financeiros. Iniciou-se o processo de conglomeração bancária no âmbito doméstico da economia, que foi seguido pela transformação dos conglomerados em bancos múltiplos e universais que forçaram e viabilizaram o esgotamento do padrão de especialização implementado após a crise dos anos 1930 (BELLUZZO, 2004).

No processo de eliminação do padrão anterior, os bancos contaram com a ajuda dos profissionais de mercado e dos economistas ortodoxos, que trataram da superficialidade econômica, criaram e passaram a difundir a ideia de crise como decorrente das elevadas dívidas públicas, da falência do Estado do bem-estar europeu e das demais políticas e atitudes populistas dos Estados desenvolvimentistas, dos Estados intervencionistas, além de uma histórica ineficiência dos Estados e de oposição entre Estado e mercados, considerando-os entidades

concorrentes e opostas. As arrogâncias desses economistas matemáticos lhes possibilitaram e asseguraram a apresentação de uma teoria que expõe, como critério de verdade e com coerência lógica, uma visão de funcionamento da economia que não se encontra em conformidade com a realidade de funcionamento do capital e da atual dinâmica rentista do capitalismo. Entretanto, o prestígio e o poder desses economistas aumentaram enormemente, dado que o saber que monopolizavam era o que interessava ser disseminado nas universidades, por intermédio dos principais meios de comunicação e para formação do consenso dominado pelo mercado financeiro para convencer a sociedade.

Os economistas ortodoxos construíram uma teoria demonstrando que os mercados financeiros eram autorregulados e que não havia necessidade de gerir o capitalismo em nível nacional e a economia mundial, respaldando os desejos de desregulamentação dos financistas e dos mercados financeiros, possibilitando a gestão de um novo quadro monetário-financeiro de financeirização da economia capitalista. Ao dar uma aparência científica assentada na roupagem matemática, atualizavam as justificativas do discurso do *laissez faire*, e esses economistas apareceriam como os novos profetas do capital (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Entre os anos de 1970 e 1980, o sistema financeiro bancário primeiro implantou organismos de análise econômica que passaram a difundir notícias sobre o mercado, tendo o respaldo dos analistas econômicos da mídia conservadora, que elaboravam comentários e ideias de defesa dos interesses do sistema financeiro. Ao mesmo tempo, este sistema financeiro passou a financiar os profissionais da ortodoxia do pensamento econômico nas universidades e em *think tanks* conservadores e liberais para desenvolverem argumentos e teorias, travestidas de ciência, em defesa da desregulamentação, da liberalização, da concentração dos grandes conglomerados financeiros, da expansão de diversos tipos de ativos que foram vendidos na praça (os chamados derivativos), como se se tratassem de artigos altamente rentáveis e seguros. Respalhando toda essa estratégia, o sistema remunerava agências de *rating*, como *Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*, que foram endeusadas como organismos neutros e tecnicamente capazes de realizar as análises e os estudos de viabilidade de riscos dos

mais diversos ativos, das diferentes empresas e de países que estivessem dispostos a seguir o **dever de casa** do Consenso de Washington, e assim indicar os que, segundo a lógica deste cassino global, eram os mais adequados para aplicação, por possibilitarem, ao mesmo tempo, rentabilidade e segurança, como exigiam os aplicadores (BELLUZZO, 2004).

O sistema financeiro, respaldado pelas pesquisas desse grupo, conseguiu disseminar um discurso que louva a dominância e o triunfo do capital financeiro, com ajuda da mídia conservadora, usando conceitos de economia capitalista apregoados pelos economistas matemáticos, engenheiros e outros profissionais que são intelectuais orgânicos e apologistas do capital através de diferentes escolas ortodoxas e liberais de Economia - todos respaldando a defesa da eficiência e da competitividade decorrente da elevada ineficiência dos mercados financeiro. No auge do neoliberalismo, os anos 1980 e 1990 e até meados de 2000, as agências de risco passaram a figurar como uma espécie de mensageiros divinos, estando sempre acima da constituição dos países, das leis, da ordem e das questões da democracia. O neoliberalismo, como ideologia, uniu os rentistas e o pessoal da tecnoburocracia, constituída por jovens gananciosos que foram estimulados a aderir aos encantos da área financeira - uma tropa de choque formada por *Phd's* e *Mba's* formados nos EUA, que passou a criar diversos mecanismos de inovações financeiras, permitindo ao setor rentista dominar a dinâmica do capitalismo, obtendo rendimentos elevados.

O capital rentista e a economia capitalista, sob a lógica de um modelo parasitário rentista e fictício, possibilitaram ao sistema financeiro ganhos elevados por mais de três décadas, quando eliminaram todo o sistema de regulação sobre o setor financeiro, predominando o consenso do "There is no alternative", a ideologia do capital rentista e do ultraliberalismo, com arrogância e com discursos de fim da história, vantagens de um novo mundo globalizado e vitória do capitalismo. Ocorreu que a história se encarregou de desmascarar toda a farsa. Esse capital fictício levou o capitalismo a uma crise avassaladora justamente nos países desenvolvidos, os quais difundiam as ideias para os ingênuos e incautos que vivem na periferia. Os EUA, principais ideólogos do capital rentista e do ultraliberalismo, vinham impondo, por meio do Banco Mundial,

Organização Mundial de Comércio e Fundo Monetário Internacional (FMI), uma agenda para os países que se prontificassem a receber empréstimos e ajuda do capital financeiro internacional. Uma receita que Chang (2004) classificou de "chutando a escada", por impedir o desenvolvimento econômico dos países que adotassem essas medidas.

O sistema financeiro internacional ganhou muito dinheiro ao vender ativos tóxicos, lixo, capital fictício; papel que nada valia. Adveio a crise, que não apresenta perspectiva de acabar, em meio à qual os antigos liberais e os financistas recorreram à procura da intervenção salvadora do Estado e imploraram e receberam o socorro do Estado burguês.

3 O intervalo do jogo: a crise e a política de socialização dos prejuízos

A solução implementada na crise do mundo do capital - como sempre, realizada pelo capital - foi a aplicação de medidas de políticas econômicas de austeridade que objetivam socializar os prejuízos em favor dos saques dos piratas do mercado financeiro, transferindo para a população o ônus da falência, e sanar o sistema financeiro internacional, que não desmontou a jogatina financeira e fictícia. O Estado não objetivou outra solução; transferiu a conta para a sociedade. Os financistas não somente solicitaram e conseguiram o apoio do Estado, mas, o que é mais incrível, capitanearam todo o processo objetivando salvar o capital financeiro e garantir sua sobrevivência.

Em meio à grave crise, os Estados já implementaram programas de resgate do sistema financeiro com gastos trilhonários, promovendo sempre, por outro lado, uma política recessiva e de redução dos gastos públicos, dos direitos sociais, das políticas públicas, dos direitos dos funcionários públicos e até dos aposentados, que servia aos bem de vida, aos saqueadores do mercado financeiro. Na Grécia e na Itália, chegou-se ao cúmulo de atacar a democracia, com a substituição de dois primeiros-ministros eleitos por serviços da banca (Goldman Sachs), que passaram a administrar a crise em favor da banca (Mario Draghi - Goldman Sachs, na Itália - e Lucas Papademos - vice-presidente do Banco Central Europeu, na Grécia). As justificativas dos ideólogos do mercado financeiro e dos economistas ortodoxos passaram a isentar a economia de mercado, o capital financeiro e as estripulias dos

piratas do mercado financeiro global pela desordem de crise global, e disseminaram uma compreensão insuficiente e errônea culpando a dívida pública do Estado burguês.

Os bancos foram salvos, mas não as economias nacionais. A política econômica das elites europeias e do Partido Republicano dos EUA tem usado a crise para manter a continuidade do processo que redistribuiu a riqueza em favor dos mais ricos, agora à custa do corte nos gastos sociais. A política conservadora em curso visa simplesmente cortar gastos públicos, e o processo de degradação social no mundo desenvolvido já está avançado (ASSIS, 2013). A teoria econômica que respaldava a realidade mundo, do mercado, criou uma fraude que teima em não querer mudança. Para manter tal situação, o Estado salvou e absorveu grande parte da dívida do sistema financeiro, que não foi penalizado e muito menos deixou que surgisse um novo sistema de regulação bancária, ganhando novamente muito dinheiro. Desse modo, agora é esse sistema financeiro que é salvo pelo Estado; Estado que se endividou para cumprir as ordens do capital e do sistema bancário e é que está sendo colocado na berlinda ao ser acusado de único culpado pela crise do capitalismo. O setor público vê-se, novamente, diante da imposição de políticas de austeridade, cobrando e recebendo elevado volume de recursos dos contribuintes, repassados facilmente para o sistema financeiro. Para atender ao capital, os Estados dos países desenvolvidos, na linha da política de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos, típica do capital, estão procurando destruir os avanços sociais e significativos da cidadania e os direitos dos trabalhadores, o Estado do bem-estar social, Estado providência ou Estado social (SANTOS, 2013).

4 O segundo tempo do jogo: a manutenção do domínio e da defesa do capital financeiro aprofundando as desigualdades próprias do capitalismo

Todas as justificativas dos ideólogos do mercado financeiro imputaram a crise do capitalismo, novamente, à crise do Estado e não à dinâmica do capital fictício. Nesse contexto, passado o período inicial da crise e o mercado sentindo-se mais seguro, o capital financeiro internacional continuou tentando puxar a mesma corda e mantendo o modelo que causou a queda

do *Lehman Brothers* (JUSTUS, 2013). Nada mudou no modelo de ganha-ganha do capital financeiro; apenas a conta foi transferida mais direta e descaradamente para a sociedade. Resumindo, a história do capital novamente confirma e demonstra que há uma cooperação do Estado democrático ou ditatorial em favor do capital e do livre-mercado. O Estado é um forte aliado dos mercados; sua atuação prima e segue a regra de viabilizar as atividades do sistema capitalista e do mercado. Conflitos entre eles, quando existem, são exceção. O Estado do bem-estar social foi um excelente investimento para o capital em uma época específica da história; momento em que o Estado serviu para elevar a rentabilidade do capital ao cuidar de reduzir o custo da força de trabalho para o bem do capital e manter um pacto social que preservava os interesses do capital.

Hoje, com o domínio e predominância do capital financeiro, o sistema objetiva estimular o consumo via crédito, estimulando os consumidores a viverem endividados, os quais permanecem viciados no crédito, arcando com o custo de financiamentos elevados, pagando juros. O Estado e o fundo público são excelentes para que esse capital encontre rentabilidade, segurança e liquidez (BAUMAN, 2010). Esse processo segundo George Monbiot, articulista do *The Guardian*, mantém a lógica do modelo do ganha-ganha do capital financeiro e a crise demonstra que o pensamento neoliberal é uma fraude de alto a baixo. As demandas dos ultrarricos foram vestidas com adornos de uma teoria econômica sofisticada. (MONBIOT apud BELLUZZO 2013, p. 23).

As consequências do jogo estão a aparecer: fim da classe média, aumento da distância entre ricos e pobres; o desemprego na Espanha já atinge 26% da população ativa; e seu efeito sobre a população mais jovem (de 16 a 24 anos) apresenta uma taxa de desemprego que em 2012 era 55%. Desse modo, ocorre um aumento da desigualdade de renda que se torna brutal tanto na Europa como nos EUA. Nestes, em 1978, um norte-americano típico ganhava por volta de 48 mil dólares ao ano, enquanto um profissional de elite recebia cerca de 393 mil dólares anuais. Em 2010, a remuneração do trabalhador médio recuou para 33 mil dólares e este cidadão não percebeu a queda do padrão do nível de vida devido ao fácil e farto acesso ao sistema de crédito que encobria essa enorme deterioração de nível de vida. Por outro lado, os profissionais da elite elevaram seu poder e

remuneração (para quase o triplo), recebendo mais ou menos 1,1 milhão de dólares. E, o que é pior, a desigualdade chegou a tal nível que apenas os 400 megamilionários dos EUA possuem mais riqueza que 150 milhões de norte-americanos que compõem a base da pirâmide (BARKER; CASTILHO, 2013). O 1% mais rico dos americanos, na última geração, é beneficiado pelas leis fiscais, utilizando parte dos lucros para financiar políticos aliados e comprar os meios de comunicação para controlar a percepção dos americanos.

A Europa enfrenta um processo de regressão social, insegurança, desemprego, recessão, deterioração dos serviços sociais e das condições de vida e miséria, avançando na destruição do Estado providência ou do bem-estar social em nome da preservação do euro. Os governos dos EUA e da Europa pouco ou nada aprenderam com a crise financeira, pois, no início da crise, os cinco grandes bancos detinham 43% dos ativos da economia norte-americana, e o governo nada fez para impedir que, em 2012, chegasse a 55%, o que torna o perigo de nova crise bastante provável (RICUPERO, 2013). Não é surpresa a continuação do jogo de ganha-ganha do capital financeiro. A falta de alternativas, a adesão da esquerda europeia ao discurso neoliberal, aceitando a regressão social, insegurança e desemprego, impostos pela *Troika* - FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia -, construíram apenas um arranjo paliativo, evitando um debate a respeito das penas e impedindo o surgimento de uma proposta alternativa que leve e contemple uma mudança de regras desse jogo de absoluto controle das elites financeiras.

5 Conclusão

Nada foi feito para penalizar os bancos nem para eliminar os incentivos que levaram aos comportamentos de assumir riscos excessivos e escândalos. Nenhum banqueiro importante foi preso e julgado. Os Estados e a política foram dominados pelo sistema financeiro internacional. A primazia continua com a dominância do capitalismo rentista: desigualdade crescente, desemprego maciço, desperdício assombroso, a deterioração social é crescente e a desigualdade de riqueza e renda alarmante. O jogo não terminou; os financistas continuam preocupados apenas com ganhar mais dinheiro para eles e para os rentistas. Continua o jogo de ganha-ganha do capital

financeiro e não importam as consequências.

Urge o desenvolvimento de um novo paradigma que, primeiro, esteja respaldado no ser humano, que resgate a questão da sustentabilidade ambiental, que evite o desperdício dos recursos naturais e de comida, que impeça a política e o processo de obsolescência planejada dos bens duráveis consumidos, e que ocorra uma mais justa e melhor distribuição da riqueza e dos frutos do progresso em benefício da humanidade e não de uma pequena minoria ●

Referências

- ASSIS, J. C. *A miragem da recuperação da Europa pela ótica de Davos*. 28 jan. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5951>. Acesso em: 08 fev. 2013.
- BARKER, A.; CASTILHO, I. *EUA: o aumento brutal da desigualdade*. 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2013/01/23/eua-o-aumento-brutal-da-desigualdade/>>. Acesso em: 25 jan. 2013.
- BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BELLUZZO, L. G. *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*. São Paulo: Unesp; Campinas: Unicamp, 2004.
- BELLUZZO, L. G. Em Davos, o pessimismo dos ricos. *Carta Capital*, São Paulo, a. XVIII, n. 733, 30 jan. 2013. p. 23.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *O poder dos economistas*. 02 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizcarlosbresserpereira/1028720-o-poder-dos-economistas.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 2012.
- CAVALCANTE, F.; MISMI, J. Y.; RUDGE, L. F. *Mercado de capitais: o que é, como funciona*. Rio de Janeiro: Elsevier: 2005.
- CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.
- JUSTOS, M. *Modelo que causou queda do Lehman Brothers não mudou*. 30 jan. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21560>. Acesso em: 06 fev. 2013.
- RICUPERO, R. Iguais aos Bourbons. *Folha de S. Paulo*, 04 fev. 2013. [online]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/92229-iguais-aos-bourbons.shtml>>. Acesso em: 04 fev. 2013.
- SANTOS, B. S. *Estado social, estado providência e do bem-estar*. 30 dez. 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21456>. Acesso em: 02. jan. 2013.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí e doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.